

Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro

Political Action of the Military Party in Brazil under Bolsonaro

Ana Amélia Penido Oliveira*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
SÃO PAULO, BRASIL

✉ ana.penido@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0110-4840>

Suzeley Kalil**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
SÃO PAULO, BRASIL

✉ suzeley.kalil@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0354-9675>

RESUMO

Discute-se aqui a adequação do termo Partido Militar para avaliar a presença castrense no governo Bolsonaro. Para este fim, resgata-se tanto a literatura sobre partidos políticos em geral quanto aquela que conceitua Partido Militar no Brasil. Em seguida, analisa-se a participação dos seus quadros atualmente no Executivo federal. A metodologia empregada combina releitura bibliográfica com a análise quantitativa dos militares que ocupam cargos comissionados no núcleo do governo Bolsonaro. Conclui-se que o Partido Militar guarda características dos partidos de quadros e dos partidos de massas, conformando um híbrido que é hoje o principal partido de sustentação do governo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: *Partido Militar, partidos políticos, forças armadas, militarização, bolsonarismo.*

* Bolsista Capes de pós-doutorado do Programa San Tiago Dantas (UNESP - Unicamp - Puc-SP; pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

** Professora do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional 'San Tiago Dantas' e da FCHS-UNESP, campus de Franca; bolsista Pq-2, CNPq e pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

ABSTRACT

The paper discusses the accuracy of the term “Military Party” to understand the current military presence in the Bolsonaro administration. We argue that “Military Party” has the characteristics of both cadre and mass parties, being a hybrid that is currently the main support party of the Brazilian government. The article starts by reviewing previous studies that conceptualized the “Military Party” in Brazil as well as the literature on political parties in general. Then, we present an empirical evaluation of military officers presently working in the Federal Government. The methodology combines a literature review with the quantitative analysis of the military occupying high commissioned positions at the core of Bolsonaro government.

KEYWORDS: *Armed Forces, Bolsonarism, Military Party, militarization, political parties.*

Introdução

A participação das forças armadas (FA) na política, bastante comum ao longo do século XX em toda a América Latina, parecia ter se modificado nos últimos trinta anos, uma fase que os estudiosos das relações civis-militares chamavam de “retorno aos quartéis”. Os acontecimentos políticos do último lustro, especialmente no Brasil, apontam que as portas da caserna nunca estiveram fechadas.

Há várias formas de ação dos militares na política, aqui distingue-se pelos menos três: a institucional – quando a participação se realiza em nome da instituição “Forças Armadas”; a corporativa – quando ocorre pela atuação de *lobbies* ou de representações políticas e sindicais, sejam essas militares ou não; e a pessoal – quando militares, comissionados ou reformados, exercem um papel constitucionalmente reservado aos civis, seja por mandato atribuído pelo poder político, seja por ascensão ao poder pelo voto no Legislativo ou Executivo (Saint-Pierre, 2004, p. 123). Neste texto, compreende-se a ação política do Partido Militar (ParM) como uma combinação das três possibilidades aqui indicadas, predominando a ação corporativa.

Muitos pensam a participação política dos militares, entre estes: Janowitz (1964), Perlmutter (1969), Finer (1975), Moskos e Wood (1988) e Huntington (1996); e para o Brasil: Stepan (1975), Coelho (1976/2000), Quartim de Moraes (1987), Rouquié (1990), Ferreira (1988; 2000) e Carvalho (2005). Em toda essa literatura, a presença dos militares na política é a regra, e não a exceção. Os golpes militares são apenas os momentos mais espetaculares dessa participação.

O efeito negativo desta participação sobre as democracias liberais é elemento comum aos autores mencionados, enquanto a quem cabe maior responsabilidade – se aos próprios militares, aos civis, ou ao sistema político – é o que os faz divergir. Baseando-se nesse leito, é possível afirmar que, analisando a atual presença castrense no cenário brasileiro, os militares voltaram para ficar. Por isso,

neste artigo debruça-se sobre uma possibilidade de análise dessa participação: a constituição de um instrumento de natureza partidária.

Segundo Janowitz (1985, p.131), embora os militares se interessem por política, eles nutrem grande antipatia por políticos e pelos partidos, considerados incompetentes e corruptos, não compreendendo seu papel criador no processo político. “É a política de querer estar acima da política”. Assim, mesmo empregando um termo que, em geral, militares não gostam de ver associado a eles, pretende-se avaliar sua validade explicativa para a situação atual brasileira.

Para alcançar os objetivos elencados, dividiu-se o texto em três seções. Na primeira, resgata-se brevemente a noção de partidos políticos para, na sequência, retomar o esforço de outros sobre o termo partido militar. Depois, é oferecida uma formulação teórica atualizada de ParM. Já na terceira parte, a formulação teórica é confrontada com a análise da ocupação dos cargos comissionados no núcleo do governo Bolsonaro pelo ParM. Assim, pretende-se verificar como as características elencadas na discussão teórica se manifestam atualmente. Estas são completadas por algumas considerações finais.

Partido político: resgate conceitual necessário

Segundo a definição de Weber (1999, p. 75), partido político é uma “associação que visa a um fim deliberado”, seja este fim a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais (a exemplo de um projeto nacional); “pessoal”, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes do partido e seu séquito; ou ainda os dois conjuntamente. Para Oppo (1998, p. 890), essa definição coloca em relevo três questões. A primeira, o caráter associativo voluntário dos partidos; a segunda, a natureza das ações partidárias orientada à conquista do poder político de determinada comunidade; e a terceira a multiplicidade de motivações que levam à ação política. Trata-se de definição bastante ampla, que compreende desde associações formadas por vínculos pessoais até as complexas organizações burocráticas dos partidos de massa, que têm em comum seu *locus* de atuação: a esfera do poder político.

Ainda para Oppo (1998, p. 899), é a ampliação da cidadania que exige o desenvolvimento dos partidos políticos, como representantes de partes organizadas do povo no sistema político. A crescente demanda por participação exigiu também a expansão da função dos partidos, que passaram a ser vistos não apenas como representantes de segmentos, mas também como responsáveis por educar e organizar as classes subalternas para a política, formando novos quadros.

Os primeiros partidos, porque representavam e formavam interesses bastante específicos, hoje chamam-se partidos de quadros. Para tal classificação, pesou bastante a organização leninista do partido comunista que, segundo Hobsbawn (1995, p. 66), era “extraordinária”, pois impunha aos seus membros “disciplina militar” e “obtinha dos seus membros uma grande dose de entrega e sacrifício”.

Independentemente do número de filiados, nesses partidos de quadros, todas as posições internas ou de atuação na sociedade eram eletivas, e os escolhidos eram subordinados às regras e decisões do partido. A tarefa de representação institucional (nos parlamentos) era considerada secundária, devendo subordinar-se à ação de massas. Assim, não havia a predominância dos parlamentares eleitos.

Com a expansão do sufrágio, a maioria dos diferentes segmentos sociais caminhou para a conformação de partidos eleitorais de massa. Diferente do primeiro, esse tipo de partido não se dirige a estratos sociais específicos, mas sim à sociedade em geral, apresentando plataformas amplas e flexíveis cujo objetivo é cativar grandes segmentos de eleitores.

Nesse modelo, os eleitos, e não os eleitores, ganham maior proeminência, resgatando a ideia dos partidos de notáveis, agora associada à popularidade ou a capacidade de financiar as eleições. Por isso, esses partidos são chamados de *catch all* (pega tudo) ou partido ônibus (Mainwaring, 1991). Por pretender representar um espectro amplo do eleitorado, o verdadeiro partido de massas invariavelmente caminharia para um discurso não polarizado, intermediário e mais ou menos vazio, o que caracteriza o centro político (entre a esquerda e a direita) (Dows, 1999).

No partido de massas, a disciplina partidária é bastante frouxa, sendo mais comum a organização em torno dos eleitos. Para autores como Schumpeter (1984), esses partidos são veículos criados por empresários políticos e destinados a objetivos pessoais, pois os espaços de representação são secundarizados em privilégio de ações para a sua clientela de origem, sejam estas empregos ou recursos.

Duverger (1987) é quem melhor sintetiza as características dos tipos de partidos políticos, organizando o partido de quadros e de massas em dois polos. No entanto, ele informa que o sistema partidário incorpora distintas combinações desses dois polos, já que o surgimento desses tipos de partido não pode ser entendido de forma evolutiva, como se o nascimento de um tipo extinguisse o anterior: diferentes tipos de partido coexistem no sistema partidário (Oppo, 1988, p. 902).

O rápido resgate da literatura sobre partidos políticos emoldura o que aqui é chamado de partido militar (ParM), cuja caracterização e forma de ação política é o objetivo deste ensaio. Não se trata de classificar o ParM como partido de massas ou de quadros, mas informar que, embora este não esteja disponível à representação da cidadania nacional, comporta-se como um partido e influencia a organização do sistema partidário.

Partido Militar como partido político

Avaliar as ações políticas do setor militar não implica em escamotear as especificidades das instituições armadas bem pontuadas por Finer (1975), como o monopólio da força das armas, a organização corporativa pautada pela hie-

rarquia e disciplina, e o sentimento de pertença a um coletivo maior que si mesmo, o “espírito de corpo”. A isso cabe agregar uma característica fundamental: “o princípio constitutivo” das FA é a honra (categoria moral), o que é contrário àquele que organiza a política estatal, que é a Lei (categoria penal). “(...) Lei e Honra são princípios constitutivos que modelam a adesão das consciências individuais aos valores que cada um desses princípios traz implícito (...)” (Ferreira, 2007, pp. 53–54).

A escolha da expressão ParM para pensar a situação atual deve-se, além da sua capacidade explicativa, à sua efetividade pedagógica, uma vez que ajuda os setores da sociedade distantes da temática militar a associar a atuação política de membros das FA com outras práticas adotadas por distintos segmentos sociais na arena política. Assim, o termo ajuda a mostrar como uma determinada fração organizada das FA ganha funções elementares dos partidos políticos, como articulação política, representação de interesses, coesão e organização de vontades individuais.

O termo ParM foi anteriormente utilizado por Ferreira (2000) e Rouquié (1990) para analisar a ação política das FA no Brasil. Outros autores, como Quartim (1985), também o empregaram como metáfora. Eles não discutem propriamente o conceito de partido. Essas diferenças no emprego de um mesmo termo foram uma das motivações para este texto, apresentadas a seguir.

Ferreira (1988; 2000; 2007) argumenta que no Brasil, dada a falta de organicidade das classes sociais – ou seja, “não tem projeto específico enquanto classe” (2007, p. 89), somada à organização do sistema eleitoral – onde a forma majoritária para o Executivo faz com que, aos olhos do eleitor, este aparente ter maior legitimidade que o Legislativo, eleito proporcionalmente –, faz com que as FA apresentem-se como única classe organizada que, para atuarem na política, conformam uma organização semelhante a um partido político. Elas o fazem porque tem quadros preparados, a força das armas e considerável coesão interna (1988).

Ferreira (2000) assinala que o partido fardado¹ não é algo formal para a disputa de eleições, mas uma organização temporária, que só se evidencia em momentos de tensão interna nas FA ou de desencontro entre a instituição e o governo, precisando, portanto, de uma situação social favorável à politização militar. Nessas situações, tal partido revela-se um centro aglutinador no qual as discussões processam-se de modo a construir um discurso coletivo, numa

¹ Ferreira não utiliza o termo Partido Militar, mas sim “Partido Fardado” ou “Partido da Ordem” – aqui avaliando que a evolução política no Brasil está marcada pelo embate entre “ordem” (patrimonial) e “revolução” (burguesa) – ou ainda “Ponto”, neste caso sublinhando a característica burocrática da instituição militar, especialmente quando contrasta seu papel frente à “Banca”, que representaria os interesses das classes dominantes. Segundo o autor, os momentos de maior presença do partido fardado na política brasileira acontecem quando há uma espécie de “empate” entre os interesses das classes no assalto ao Estado, ou quando os interesses da “classe militar” divergem dos da classe dominante – o que aconteceu apenas uma vez, na abolição da escravidão. Consulte-se os capítulos iniciais de Ferreira (2007).

lógica mais semelhante aos partidos proletários. Ferreira ainda pontua que esse centro aglutinador não tem autoridade sobre o conjunto militar “que tende a se dissolver passado o momento agitado em que as FA se movem para efetuar mudanças na sociedade ou em si mesmas” (Ferreira, 2000, pp. 43–44).

Perspectiva diversa é apresentada na coletânea *Os Partidos Militares no Brasil*. O emprego no plural do termo antecipa visão distinta do fenômeno relativamente àquela acima resumida. Usa-se o termo para questionar o lugar-comum de que as FA são um ator monolítico, enfatizando como a política penetra no aparelho militar e vice-versa. Os autores apontam que existe uma tensão permanente entre as tendências políticas organizadas no seio do Exército e a própria instituição. Mas essas tendências internas podem ou não coincidir com correntes da opinião civil, o que impacta na capacidade de massificação dos projetos do ParM no conjunto da sociedade.

Para Rouquié (1990, pp. 9–21), o Exército brasileiro é um espelho deformador das tensões da sociedade, ou seja, os problemas nacionais são refratados internamente pelo prisma institucional. Como grande exemplar dessa conversão, o autor aponta o estudo de Domingos Neto, presente na mesma coletânea (pp. 43–61), que mostra como preocupações que inicialmente eram de natureza profissional, transformam-se em questões político-partidárias. Acrescenta-se que o espelho de Rouquié é um espelho côncavo, pois a lente institucional concentra as informações filtradas do exterior, tornando-as mais agudas.

A questão do momento político é importante para pensar a atuação explícita do ParM (Ferreira, 2000). Todavia, a partir do entendimento de que partidos são partes organizadas do povo no sistema político, nada indica que militares não desejassem ter seus representantes, mesmo que esse sentimento esteja latente e não se expresse diretamente na arena pública. Nesse sentido, Finer (1975) e Coelho (2000) convergem ao apontar que não há nada de normal na não participação dos militares na política. Assim, considerando o grau de comprometimento de segmentos castrenses com o governo Bolsonaro e suas candidaturas ao Legislativo, pode-se dizer com relativa segurança que os militares voltaram para ficar na arena política. Por isso, pretende-se entender como este segmento armado se organiza e atua.

É possível perceber um grau de associativismo entre os militares que foram para a política, daí apontar-se para a organização partidária. Mesmo que isso não ocorra formalmente, a socialização totalizante das FA nas escolas militares e na carreira gera o que Ferreira (2000) chamou de “nação dentro da nação”, de maneira que cada militar considera que críticas dirigidas às FA, ou a cada força singular, atingem-no individualmente, e vice-versa. Em outros termos, em virtude da sua forma de socialização particular, mesmo quando na reserva, militares não tendem a atuar na política como meros indivíduos, e sim como grupo.

Perceber que os militares se organizam para atuar na esfera política, mantendo e ampliando seu poder político, não implica afirmar que essa organização tomará a forma de um partido. Também não quer dizer que o partido buscará

oficializar-se por meio da definição de uma legenda registrada no Tribunal Eleitoral.² Por isso, concorda-se com a afirmação de Ferreira (2000): a finalidade do ParM não é a eleição dos seus, mesmo que essa questão seja considerada relevante.

Quanto à estrutura, o ParM reproduz as características do mundo castrense, quais sejam, a hierarquia e a disciplina. Portanto, ele não se organiza ao redor de notáveis eleitos, e sim ao redor de totens ou o mais próximo disso possível. Mesmo com as reformas castelistas³, totens continuam existindo (Ferreira, 2000, p. 59): o sucesso de tais reformas está em que a posição de totem é ocupada pelos generais de Exército, que comandam as FA e o ParM. Embora possam existir pressões vindas de baixo, apenas com a autorização do Alto Comando algumas atividades podem ocorrer, portanto, os caciques políticos desse partido precisam ocupar (ou já ocuparam) posições hierarquicamente superiores na Instituição militar.

A estrutura do partido é piramidal, como nos partidos socialistas, mas no lugar de organizações locais – regionais – nacionais, as instâncias decisórias seguem a estrutura das FA, partindo dos oficiais generais até as praças. Combinada às características do mundo militar, a tendência oligárquica apontada por Michels (1982) se aprofunda, pois, as bases de fundação do partido – autoridade e disciplina, são as mesmas da Instituição militar. Assim, os membros do ParM são fortemente disciplinados, mas não faz sentido uma discussão sobre a democracia interna ao partido para a tomada de decisões.

Por outro lado, há que não se desconsiderar as relações horizontais no processo de recrutamento. No interior das FA existem subgrupos que se desenvolvem como equipes da mesma idade, que estudam juntos, têm a mesma patente, servem no mesmo lugar, compartilham histórias e até mesmo relações familiares. Em geral, dois oficiais de uma mesma turma (definida pela entrada em uma das academias militares, equivalente ao curso superior civil) se mantêm em contato e se apoiam mutuamente, não importa o motivo ou o lugar em que estejam servindo. Assim, as relações políticas no campo militar ocorrem também de forma horizontal. É dessa maneira que se transmitem ideias, análises e posições políticas. Assim, o ParM atua em diálogo com a “família militar”, misturando aspectos públicos e privados.

O ParM tem uma organização estável, com um corpo de funcionários pagos para desenvolver atividade política e um programa político sistemáti-

² Existe movimentação antiga nesse sentido, partindo de um conjunto de policiais militares que tenta, sem sucesso, registrar formalmente um partido com o nome de Partido Militar Brasileiro <https://aopm.com.br/partido-militar-brasileiro-contagem-regressiva/>

³ Reformas produzidas pelo Marechal Castelo Branco quando no exercício da presidência da República (1964–1967). Além de dotar o país de uma nova Constituição, ele reformulou todo o estatuto militar, os regimentos e regulamentos das FA com o fito de modernizá-las. O objetivo primordial de tais modificações era o de impedir a formação de lideranças (o que Ferreira chama de totens) transversais à hierarquia. O principal mecanismo para tal foi o estabelecimento de regras rígidas de promoção e tempo certo de permanência em cada posto militar.

co. Para resolver o problema do financiamento, se aproveitam de estruturas tais como associações – a mais importante são as ADESG, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – e clubes militares espalhados pelos estados, para promover espaços de discussão dos problemas políticos nacionais.

Por outro lado, o ParM tem uma desvantagem diante dos partidos civis, que é a liberdade de movimentação dos seus quadros articuladores, particularmente quando estão na ativa. Por isso, uma vez que estes não estão sujeitos às mesmas amarras do Estatuto Militar, os militares da reserva, bem como a “família militar”, assumem o protagonismo na articulação do Partido. Segundo a Lei 7524/86, o militar inativo pode “opinar livremente sobre assunto político, e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à matéria pertinente ao interesse público”. Isso não implica que estes sejam os comandantes do partido, pois quem está na ativa tem o poder de abrir ou não as portas da Instituição para os militantes do partido.

Registre-se que o ParM evoluiu junto com o processo político brasileiro. Parafraseando conhecida expressão de Góis Monteiro, as FA deixaram de fazer a “política no Exército”, praticada no início do século XX, para fazer a “política do Exército”, cujo ponto culminante foi realizado ao longo do regime burocrático-autoritário (1964–1985) (O’Donnell, 1990) quando facções internas do ParM levaram a cabo seus projetos políticos, como exemplifica o “Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo”, apresentado em 1970 pelo general-presidente Médici (1969–1974), e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974–1979), desenvolvido por Geisel (1974–1979).

Diferentemente do ParM que atuou sob o Regime Autoritário, que se assemelhava aos partidos socialistas, cuja principal meta de poder é realizar um programa, o ParM que hoje se conhece aproxima-se muito mais do partido *catch all*, sem conteúdo programático (embora com sólida formação ideológica), com alto proselitismo e com objetivos claros de ocupação e manutenção de cargos na burocracia estatal. Nesse sentido, é uma organização muito mais corporativa do que de representação institucional ou pessoal.

O poder partidário não advém do número de cargos que ocupa no Estado, mas essa é uma questão relevante. As FA sempre administraram a área da defesa, mesmo após a criação do Ministério da Defesa e nomeação de ministros civis, independente do grupo político à frente do Executivo. Também por isso sabem como funciona a máquina pública, sendo capazes de identificar posições estratégicas nos ministérios.

Diferente de Rouquié (1990), não se percebe atualmente a existência de vários partidos militares no interior das FA. Isso não significa que o ParM seja homogêneo e monolítico. O ParM comporta tendências internas, mas estas estão em forte coesão ao redor da unidade da corporação e da ‘família militar’; do sentimento de superioridade diante do mundo político-jurídico do sistema partidário; e da sua maneira de ver a ação política, pautada pela ideia de amigos e inimigos, sejam eles reais ou imaginários.

Retomando as variáveis do quadro proposto por Duverger (1987), quanto à origem, o ParM surge do centro aglutinador e depois se espalha por diretórios. Quanto à morfologia, são altamente centralizados e hierárquicos, assim como as FA. Têm um alto constitucionalismo partidário, mesmo que esse ocorra por canais informais como encontros de turmas, datas comemorativas e a intrincada rede de atividades sociais das FA. Têm uma estrutura simples, e baixa burocratização, pois estes já são cumpridos pela Instituição militar.

Quanto às características fisiológicas, o ParM não necessariamente apresenta seus próprios membros às eleições, mas se preocupa com a vitória eleitoral, pois disso depende a ocupação de cargos governamentais e a conquista de políticas públicas para as suas bases. Porém, ao contrário dos partidos políticos tradicionais, o ParM não precisa atentar-se à formação de seus quadros, uma vez que a tarefa de educação política já é cumprida pela própria Instituição, desde as escolas militares até a ESG. A ideologia ocupa uma função preponderante, e os interesses doutrinários e da própria corporação tem mais espaço nos debates que os interesses pessoais. Em função da hierarquia e disciplina que existem nas FA, a disciplina partidária é alta e os processos decisórios são simples.

Em resumo, o ParM une as diferentes vontades individuais em um discurso coletivo partidário fortemente ideológico e, para isso, cuida da educação política dos seus quadros. Não é monolítico, ou homogêneo, mas é bastante coeso. O partido representa os interesses corporativos, priorizando políticas públicas e a ocupação de cargos pela sua própria base, mas também participa, direta ou indiretamente, de eleições e interpreta a Constituição segundo seus interesses, desejando massificar na sociedade seus entendimentos sobre o país. Seu núcleo duro é permanente, e não ocasional ou reflexo de regimes políticos, sendo responsável por estabelecer alianças e fazer articulações políticas que, em algum momento, aumentam seu poder. Seus aliados principais, e a ele subordinados, são aqueles oriundos das forças de segurança (policiais, bombeiros, militares reformados, ex-funcionários de empresas de segurança privada etc.) filiados a distintos partidos políticos, especialmente aqueles classificados à direita no espectro político. A estrutura organizativa do ParM repete a das FA, baseada na hierarquia e disciplina, e se aproveita de estruturas estatais para o seu funcionamento. Por isso, é um partido com alta disciplina partidária e processos decisórios simples e hierarquizados, comandado por generais de Exército que transmitem suas opiniões políticas ou ocupam estruturas partidárias de cima para baixo, numa lógica piramidal. Generais da reserva desfrutam de especial protagonismo por deterem maior liberdade de ação. O ParM transfere para a política raciocínios de guerra e paz, amigo e inimigo, o que impacta profundamente o sistema político. Por fim, diferente de qualquer outro partido político, o ParM mantém relações diretas com a força das armas.

Mesmo enfraquecida ao fim do regime burocrático-autoritário, a Instituição militar foi exitosa em fazer uma transição “transada” (Share e Mainwaring, 1986) e construir uma memória positiva sobre o regime dos generais. Por outro lado, o ParM se enfraqueceu em virtude da saída do governo e da

“crise de identidade” que se instalou nas FA após a Guerra Fria (Coelho, 2000). Mas o ParM não se dissolveu, e sim voltou-se para dentro, em um período de hibernação, cuidando da sua autopreservação (inclusive geracional), e repensando sua atuação organizativa nas fileiras das FA e fora delas.

Sob o aparente retorno aos quartéis em um processo de construção do controle civil da defesa e das FA, foi-se reformulando as bases para o retorno do ParM à cena política. O primeiro momento fundamental desse processo foi o da Constituinte (1987–1988), quando, por meio de um bem montado *lobby* e contando com assessorias fardadas em vários gabinetes, os militares garantiram para si prerrogativas que nenhum outro grupo social, organizado ou não, foi capaz de construir (Oliveira, 1994, pp. 127–130). Garantida sua autonomia e manutenção da exclusividade na condução da defesa nacional – o Ministério da Defesa viria a ser criado apenas em 1999 –, os militares voltaram para seu estado de hibernação, assim permanecendo, com alguns poucos episódios de ação pública avaliados como irrelevantes pela opinião pública nacional.

Assim, embora emergjam na cena pública com Temer, o ParM vinha se reorganizando desde o fim dos anos 1990, tendo crescido a partir de duas atividades: os megaeventos esportivos – Copa do Mundo e Olimpíadas, que possibilitaram a reconstrução/ampliação de redes com as elites civis, fragilizadas após o fim do regime militar; e a missão da ONU no Haiti⁴, que promoveu a atuação das FA como organizadores do Estado no sentido amplo (indo muito além da segurança pública, especialmente após o furacão que destruiu o país em 2010), reavivando a já histórica prática em segurança interna e fortalecendo laços com oficiais de outros países, particularmente dos EUA. Retornam dessas funções ansiosos por reconhecimento político. Na falta desse reconhecimento nas proporções e moldes esperados, criou-se uma questão militar a ser resolvida⁵.

Se essas atividades permitiram a reorganização do ParM, a eleição de Bolsonaro possibilitou que o Partido chegasse ao poder, e são muitos os sinais que deseja ali permanecer.

O Partido Militar no governo Bolsonaro

Desde o início do governo Bolsonaro, muitos militares ocuparam cargos chave em diversas estruturas de governo e reivindicaram assuntos do seu interesse, como o controle da Amazônia. A relação entre o ParM e Bolsonaro já passou

⁴ Essa reorganização está claramente documentada na série de entrevistas dos *force commanders* da MINUSTAH concedidas a Celso Castro de Adriana Marques (2019).

⁵ Há quem defenda que foi a “questão militar” (1883–1887), motivada, segundo os militares, pelo sentimento de orfandade que animou a tropa vitoriosa no Paraguai, que levou à participação fundamental das FA no movimento republicano – foram elas que proclamaram a República (Cf. Ferreira, 2007). As contradições da atual “questão militar” podem ser percebidas pela leitura de Castro e Marques (2019).

por diferentes momentos, trazendo reflexos para a Instituição FA. Todavia, essa relação não é objeto deste texto. Repetindo, o objetivo aqui é seguir na identificação das características desenhadas para o ParM. Para isso, passou-se à análise quantitativa dos militares que ocupam cargos comissionados no governo Bolsonaro à luz da discussão apresentada⁶.

A fonte utilizada para a análise é a resposta dada pela Casa Civil da Presidência da República ao Requerimento de Informações n. 660/2020⁷, de autoria dos deputados Patrus Ananias, Ivan Valente, Helder Salomão, Nilto Tatto, João Daniel e Valmir Assunção; e o requerimento 647, do deputado Danilo Cabral, ambos solicitando informações sobre os militares nomeados em cargos comissionados no Executivo Federal.

A Casa Civil enviou os dados de toda a estrutura da Presidência da República, defendendo que apenas pode responder a informações de sua própria responsabilidade, e não de toda a administração federal. Assim as informações são relativas: Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria Geral, Gabinete de Segurança Institucional, Gabinete Pessoal do Presidente da República e Secretaria de Assuntos Estratégicos. Embora não abranjam toda a administração pública, o que seria necessário para uma discussão sobre a militarização do Estado, os dados oferecidos são uma amostra suficiente para o objetivo desse texto, pois permitem identificar o perfil dos quadros destacados pelo ParM e seu *modus operandi* no núcleo central do governo. O universo total da amostra são 341 pessoas.

É possível que essa amostra não abranja todos os militares nas pastas, pois ela se restringe àqueles que ocupam cargos de chefia, assessoramento ou direção. Diferente da investidura em cargos provenientes de concursos públicos, as nomeações para tais cargos são de livre nomeação e exoneração, portanto, discricionárias da cúpula do governo. Ressalte-se que dada a dinâmica de nomeações e exonerações, a amostra se refere ao extrato de pessoal na data de resposta ao requerimento: 6 de julho de 2020.

Existem diversas modalidades de funções comissionadas, mas neste texto, interessam particularmente os cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e as Funções Gratificadas pelo Exercício de Cargo de Confiança Devidas a Militares (RMP). Essa segunda modalidade só pode ser atribuída a servidores de carreira ocupantes de cargo efetivo em casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, sob a lógica de formação de uma burocracia profissional. Esclarecendo: um ministro não pode preencher todos os cargos comissionados sob sua responsabilidade apenas com recrutamento externo. Por lei, ele necessita atribuir parte dessas funções aos servidores pú-

⁶ Sublinhe-se que a regra constitucional vigente (art. 142, III) permite que militares da ativa continuem ligados às FA caso tomem posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária e não eletiva.

⁷ Quando for necessária a menção a esta fonte, ela será anotada como “Resposta CC”.

blicos concursados e em exercício da carreira pública. Por isso, uma parte dos militares ocupando cargos em comissão necessariamente precisa ser da ativa.

Os DAS e os RPM estão sujeitos ao teto salarial do serviço público⁸, hoje definido em R\$39.200,00. No caso dos servidores efetivos nomeados (militares da ativa), a remuneração é regulamentada pelas Leis 11.526/2007 e 12.094/2009. O valor da remuneração dos RMP, em dados de 2019⁹, é baixo, variando entre R\$1.077,15 e R\$ 1.734,92. As comissões em formato de DAS, por sua vez, variam entre R\$2.701,46 e R\$ 17.327,65. Aquelas mais cobiçadas são as DAS 4, 5 e 6, e aquelas consideradas de natureza especial, todas correspondendo às remunerações acima de 10 mil reais.

Pelo decreto 9.732, de 15 de março de 2019, o governo definiu alguns critérios gerais e específicos mínimos a serem atendidos para as nomeações de comissionados conforme cada cargo. Gerais são, por exemplo, idoneidade moral, reputação ilibada e perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi designado. Para as mais altas funções exige-se também experiência profissional de 5 anos de atividades em áreas relacionadas; ter ocupado cargo ou função equivalente a DAS-3 ou superior na administração pública direta ou indireta por no mínimo 3 anos; ou ser mestre ou doutor em área correlata àquela do cargo ou função.

Se tais regras apontam para profissionalização do serviço público, o próprio decreto indica que o responsável pela nomeação pode dispensar esses critérios, desde que justifique a medida. Assim, a decisão final, reconhecida pela Lei, é ato discricionário da autoridade responsável pela nomeação. Ou seja, a escolha é, em última instância, política.

A respeito, sublinhe-se que a utilização dos DAS para compor o governo com quadros políticos alinhados ideologicamente não é uma inovação desse governo, mas uma prática consolidada, sendo possível conhecer bastante sobre a base de sustentação política de cada governo, analisando quem são seus comissionados. Dado que o ParM é o principal partido de sustentação do governo Bolsonaro, é esperado (embora não positivo para a democracia e para a Instituição FA) encontrar quadros desse partido nos cargos comissionados do núcleo do governo.

O governo dispõe de um total de 950 cargos comissionados (DAS) para as pastas aqui analisadas. Destes, 141 estão ocupadas por militares, ou seja, quase 15%. Essa informação é relevante para mostrar o peso que os quadros do ParM têm no conjunto das nomeações do governo, como ilustra a Tabela 1:

⁸ A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à solicitação do Ministério da Defesa para que seja possível acumular dois pagamentos de uma mesma fonte pagadora (governo federal), como é o caso dos militares que estão na reserva (recebendo a aposentadoria) e são nomeados para altos cargos no governo. O somatório das duas remunerações ultrapassaria o teto salarial. O tema é atualmente objeto de controvérsias.

⁹ A lei 13.328 de 2016 estabeleceu um cronograma de reajustes nos valores dos cargos comissionados.

	Total DAS	% ocupada por militares
Casa Civil	229	10
GSI	71	N.A *
Gabinete Pessoal	123	19
Secretaria de Governo	157	15
Secretaria Geral	332	17
Secretaria Assuntos Estratégicos (SAE)	38	21

*Uma vez que o GSI tem muitos militares nomeados através de RPMs, e não como DAS, o raciocínio aplicado para os demais não funciona.

Fonte: elaboração própria a partir da “Resposta CC”.

Analisando individualmente, além do GSI, a pasta que possui o maior número proporcional de militares em cargos comissionados é a SAE, com quase um quarto dos seus nomeados em DAS provenientes das fileiras militares. Por outro lado, a pasta em que esse índice é menor é a Casa Civil.

Salta aos olhos que, no universo de 341 pessoas, 303 são militares das FA, ou seja, quase 90% do total. Essa informação reforça que o ParM faz alianças mais amplas com membros das demais forças de segurança, mas os mantém subordinados a ele. E mais, acrescenta que na partilha dos cargos comissionados no governo, o ParM mantém para si quase a totalidade deles. Também a proporção entre as forças singulares mostra que é no Exército que está o núcleo duro do ParM.

	Total	Percentual (%) *
Exército	216	71
Marinha	45	15
Aeronáutica	42	14
TOTAL	303	100

* Optamos por arredondar as porcentagens para facilitar a leitura e análise dos dados.

Fonte: elaboração própria com base em “Resposta CC”.

Como indicado, o Exército predomina, com 71% dos indicados. Nesse sentido, tem continuidade a história brasileira em que o Exército sempre se impôs sobre as demais forças singulares, exercendo o comando em virtude de seu peso numérico. Entretanto, ao analisar a proporção dos comissionados diante do efetivo total de cada força separadamente, essa predominância deve ser relativizada. Marinha e Aeronáutica mantêm perfis de ocupação mais discretos que o do Exército, 15% e 14%, enquanto sua proporção poderia ser de 17%.

Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro

Ana Amélia Penido Oliveira
Suzeley Kalil

Tabela 1.
Total de cargos DAS por pasta analisada

Tabela 2.
Origem dos membros das forças armadas

Sabe-se que em todo partido há uma hierarquia interna. Todavia, se nos partidos políticos ela está vinculada à capacidade de angariar votos, no ParM ela reproduz a origem de formação, a Instituição militar. Os dados abaixo permitem a reflexão sobre como as diversas patentes presentes no ParM estão distribuídas pelo núcleo do governo.

Classificação	Patente*	Comissionados	Percentual (%)
Praças	Soldado	1	0,3
	3º Sargento	3	1
	2º Sargento	19	6,3
Subtotal		23	7,6
Oficiais Subalternos	2º Tenente	13	4,3
	1º Tenente	17	5,6
Subtotal		30	9,9
Oficiais Intermediários.	Capitão	64	21
Oficiais Superiores	Major	54	17,8
	Tenente Coronel	26	8,5
	Coronel	75	24,7
Subtotal		155	51
Oficiais gerais	General de Brigada	8	2,6
	General de Divisão	6	2,0
	General de Exército	7	2,3
Subtotal		21	6,9
	Não identificado	10	3,3
TOTAL		303	100

Tabela 3. Patente dos membros das forças armadas comissionados

* Uma vez que são a maioria, optamos por apresentar a nomenclatura das patentes utilizada pelo Exército, que possui seus correlatos na Marinha e Aeronáutica.

Fonte: elaboração própria com base em “Resposta CC”.

A Tabela 3 mostra a quase completa ausência de praças ou oficiais subalternos entre os quadros indicados pelo ParM, o que parece inconsistente com a forma como Bolsonaro construiu sua carreira política, apresentando-se como representante da “família militar”. Na hora da partilha das cadeiras, contudo, o ParM, comandado pelos oficiais gerais, praticamente não contemplou as baixas patentes no núcleo do governo.

Chamam a atenção os 21 oficiais gerais, com destaque para os ministros-gerais Heleno, Ramos, Braga Netto e Flávio Rocha. Essa predominância indica que é acertada a avaliação de que a organização do ParM mimetiza àquela das FA. As demais cadeiras são ocupadas por capitães e pelos oficiais

superiores. Há um leve predomínio dos coronéis, numa proporção média de 7 oficiais superiores por general.

Sabe-se que a participação feminina nas fileiras militares é ainda muito baixa. Não é diferente no estudado aqui. Na amostra analisada existem 11 mulheres, 3 delas pertencendo ao Exército, 4 à Marinha e 4 à Aeronáutica. Portanto, uma vez que reproduz características da Instituição militar, o partido é comandado por homens. Porém, ao contrário da predominância da força terrestre tanto no governo quanto na direção do ParM, há maior participação feminina advinda das demais forças.

A maior proporção na Marinha (9%) e na Aeronáutica (9,5%) relativamente ao Exército (1,4%) provavelmente acontece por dois motivos. O primeiro, por terem aberto suas fileiras a mais tempo para a presença feminina¹⁰, elas já estão em postos mais graduados e são mais conhecidas internamente a ponto de gozarem de maior legitimidade para as indicações. O segundo, os quadros de comando do ParM nessas forças são mais abertos à presença de mulheres. Seria possível também aventar hipóteses como a de que elas têm relações familiares com outros quadros do ParM também destacados para a atuação no governo, mas os dados disponíveis não permitem esses cruzamentos.

Quanto ao local de atuação, das 11 mulheres, 8 (mais de 70%) estão alojadas na Secretaria Geral da presidência da República, à época comandada por um membro do que poderia ser chamado partido fardado¹¹ – aquele que reúne todas as forças de segurança, e possivelmente, com atribuições similares àquelas em geral atribuídas as mulheres pela sociedade: secretárias e auxiliares em serviços administrativos.

Relativamente à distribuição dos quadros do ParM pelo núcleo do governo, a maioria dos quadros ocupados por militares estão no GSI, totalizando 56%. Como apontado na Tabela 4, este é o espaço mais militarizado do núcleo do governo.

A tabela também permite ver certa simetria no recrutamento de cargos comissionados militares entre a Casa Civil, o Gabinete Pessoal do Presidente e a Secretaria de Governo, entretanto, a Casa Civil tem uma estrutura muito maior que as outras duas pastas, o que indica que, comparativamente, ela é menos militarizada do que outras, provavelmente também acomodando os indicados pelos aliados no Congresso.

Já foi apontada forte presença de altos oficiais e de oficiais gerais entre os nomeados. Todavia, a legislação obriga que uma parte dos cargos comissionados seja distribuída entre servidores efetivos. Por isso, é previsível a presença

¹⁰ O tema não é objeto deste texto, mas importa registrar que a incorporação feminina na Marinha se realizou em 1980 para o Corpo Auxiliar, tendo passado para o efetivo de fato e de direito apenas em 1998; na Aeronáutica aconteceu em 1982 e no Exército em 1992, para o Quadro de Serviço. Em 2012, legalizou-se o ingresso feminino para todas as armas – com exceções pontuais –, inclusive as combatentes, para as três forças. A respeito do tema na América Latina, veja trabalho seminal organizado por Mathias (2009).

¹¹ Quando do levantamento dos dados, o ministro-chefe da Secretaria Geral era Jorge Oliveira, policial militar reformado (desde 2013), alçado ao Tribunal de Contas da União em dezembro de 2020.

Estrutura Administrativa	Indicados	Proporcional (%)
Casa Civil	23	7,5
Gabinete Pessoal do Presidente	23	7,5
Gabinete de Segurança Institucional	169	55,9
Secretaria de Governo	24	8
Secretaria Geral	56	18,5
Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	8	2,6
TOTAL	303	100

Tabela 4.
Lotação dos membros das FA na Presidência da República

Fonte: elaboração própria com base em “Resposta CC”.

Situação Funcional	Números Absolutos	Percentual (%)
Ativa	208	68
Reserva	94	32
TOTAL	303	100

Tabela 5.
Situação funcional dos comissionados na Presidência da República

Fonte: elaboração própria com base em “Resposta CC”.

de cargos comissionados preenchidos por militares da ativa, representando 68%, como apontado abaixo:

Há segmentos militares que argumentam que os comissionados na ativa estão cumprindo funções de natureza militar, por exemplo no GSI, e que essa era uma prática comum a outros governos. Para testar esse argumento, optou-se por, em primeiro lugar, destacar os cargos comissionados DAS das funções militares comissionadas, ambos ocupados por militares.

Função	Absolutos	Proporcional
DAS	133	44
NE e ministros	8	2,6
Função militar	162	53,4
Não identificado	8	2,6
TOTAL	303	100

Tabela 6.
Funções comissionadas ocupadas por militares

Fonte: elaboração própria com base em “Resposta CC”.

Verifica-se, o argumento acima não se sustenta, pois os comissionados que cumprem funções militares podem ser atribuídos a pouco mais de 50% da amostra.

Para identificar melhor o perfil dos principais quadros do ParM, foi separada uma nova amostra, destacando apenas aqueles nomeados em DAS superior (níveis 4, 5 e 6, remuneração maior que R\$10 mil/mês), os ocupantes de cargos de natureza especial e os ministros. Essa segunda amostra equivale a 94 pessoas. Segundo a hipótese levantada, esses são os quadros dirigentes do ParM que foram destacados para o núcleo do governo.

Nessa nova amostra, 72,4% correspondem a militares na reserva ou reformados, o que coaduna com os apontamentos já apresentados, do papel da reserva na articulação política do ParM, uma vez que tem maior autonomia de movimentação.

Quanto à distribuição entre as três Forças, a Aeronáutica sofre uma retração e a Marinha se mantém, o que faz com que o Exército chegue a quase 80% do total de ocupação de cargos. Sob esse aspecto, é possível aventar que a Aeronáutica destacou para o preenchimento dos cargos comissionados militares que efetivamente estão cumprindo funções militares e, por isso, sua representação é menor nessa segunda amostra, estritamente política.

Relativamente à lotação dos membros das FA nestes estratos, os dados apontam a absoluta continuidade da predominância do GSI como local para os quadros do ParM, e a completa militarização dos altos cargos do Gabinete, quase 90%. Os números da cúpula da SAE também impressionam, com quase 40% de militares.

O cruzamento das variáveis força singular de origem e local de lotação permitem aventar nova hipótese sobre o funcionamento interno do ParM. No debate teórico, assinalou-se que o ParM não é homogêneo, mas que suas tendências internas não derivam de conflitos ideológicos. Cruzando as duas variáveis, observa-se que entre os 14 militares da Marinha na amostra, 6 estão na SAE, comandada por um Almirante. Sob a mesma lógica, chama a atenção o fato de que na Casa Civil, todos os militares nomeados pertencem ao Exército. Por isso, levanta-se a hipótese de que uma questão orientadora que orienta a organização das tendências internas ao ParM são as afinidades corporativas. Explorar-se-á esta hipótese em outros trabalhos.

Ainda sobre a ocupação dos estratos DAS superiores, as informações quanto à patente apontam que existe uma **única praça (segundo sargento)** entre os nomeados, servindo no gabinete pessoal do presidente. Mesmo os oficiais subalternos somam apenas 8,5%, mantendo a média já apontada. Outro dado interessante é a ampliação da proporção de oficiais superiores, notadamente de coronéis. Coronéis representam 51% de todos os indicados do ParM para os altos cargos do governo. Dado que o ParM não é um partido formal, sendo impossível analisar “fichas de filiação”, fica a hipótese de que, em seus quadros de direção, predominem os coronéis. Essa presença pode ter relação com a própria maneira como se organiza a carreira militar, pois os coronéis normalmente já cumpriram os cursos de Estado-Maior, entretanto, enfrentam o funil de ascensão ao generalato – a maior parte dos militares segue para a reserva como coronel, portanto.

Os oficiais gerais ocupam a segunda posição nos cargos DAS deste estrato (21,3% dos cargos), com 20 generais, entre estes os 4 ministros. Existem quatro oficiais gerais na ativa: um Brigadeiro do Ar e dois Generais de Divisão, os três servindo no Gabinete de Segurança Institucional, e o Almirante Flávio Rocha como Secretário.

Considerações finais

Neste texto, buscou-se apontar como a nova presença militar no atual governo encontra guarida no que chamamos de ParM. Por meio de um sobrevoo combinado pela literatura que trata de partidos políticos com a de partido militar, buscou-se apontar como a expressão “Partido Militar” é representativa da hodierna forma de atuação política das FA.

Ao estudar o ParM, verificou-se que ele guarda muitas semelhanças com os chamados partidos de quadros, mas destes se afasta no que se refere ao conteúdo programático dos partidos: mais que um programa a dirigir suas ações, o ParM busca especialmente objetivos corporativos.

Comparando-se a ação política do antigo partido militar (até 1985) com a do atual, especialmente avaliada pelos dados quantitativos de ocupação de cargos DAS, verificou-se que a reforma promovida por Castelo Branco foi feliz para impedir a apresentação para o público externo (civil) de lideranças castrenses do oficialato superior, pois são os oficiais gerais que representam (são porta vozes) não apenas da tropa, mas também do ParM. No entanto, a reforma não foi suficiente para impedir que os coronéis atuem como correia de transmissão doutrinária do partido, se constituindo como as lideranças portadoras da vontade do partido.

Por outro lado, confirmou-se a tradição de predominância do Exército frente à Marinha e Aeronáutica na distribuição de cargos. É daí que deriva outra hipótese apontada pelo estudo: tendências internas constituídas pela afinidade corporativa.

Outra tendência do estudo é a maior presença de militares reformados enquanto a voz da caserna, ao menos para o exterior. Isso decorre da sua liberdade para fazer proselitismo político – Heleno é o exemplo mais explícito –, sendo a nomeação para cargos a compensação pelo serviço.

O estudo mostrou ainda que, dos setores do governo analisados, o que congrega o maior número de cargos comissionados ocupados por militares está no GSI. Cabe lembrar que o GSI foi extinto pela presidenta Dilma Rousseff (o que por muitos é avaliado como o estopim final da relação entre a ex-presidenta e os militares) e reorganizado por Sérgio Etchegoyen ainda no governo Temer. Até que ponto esta não é uma maneira de mandar um recado

para as forças de oposição? Esta é uma pergunta que só no futuro se poderá responder.

Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro

Ana Amélia Penido Oliveira
Suzeley Kalil

Referências bibliográficas

- Castro, C. & Marques, A. (orgs.). (2019). *Missão Haiti: a visão dos force commanders*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Carvalho, J. M. (2005). *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Coelho, E. C. (2000). *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record.
- Dows, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- Duverger, M.** (1987) *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Ferreira, O. S. (2000). *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora Senac.
- Ferreira, O. S. (2007). *Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: Habra.
- Ferreira, O. S. (1988). *Forças Armadas, para quê?* São Paulo: GRD.
- Finer, S. (1975). *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics*. New Brunswick and London: Pall Mall Press.
- Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: breve século XX 1914/1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huntington, S. P. (1996). *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Janowitz, M. (1964). *The Professional Soldier*. London: Free Press of Glencoe.
- Janowitz, M. (1985). La organización interna de la institución militar. In R. Bañón & J. Olmeda, *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Mainwaring, S. (1991) Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. *Novos Estudos Cebrap*, no. 29, março, pp. 34–58.
- Mathias, S. K. (2009). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: Unesp/Fapesp.
- Michels, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB.
- Moskos, C. C. & Wood, F. R. (1988). *The Military. More than Just a Job?* Washington: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers.
- O'Donnell, G. (1990). *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oliveira, E. R. (1994). *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus.
- Oppo, A. (1998). Partidos Políticos. In N. Bobbio et al., *Dicionário de Política* (pp. 898–905) Brasília: Ed. UNB.
- Perlmutter, A. (1969). The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities. *Comparative Politics*, vol.1, no. 3, pp. 382–404.

Quartim de Moraes, J. (1985). Alfred Stepan e o mito do poder moderador. *Filosofia e Política*, vol. 2. Porto Alegre, pp. 163–199.

Quartim de Moraes, J., Costa, W. P. & Oliveira, E. R. (1987). *A tutela militar*. São Paulo: Vértice.

Rouquié, A. (1990) *Os partidos militares no Brasil*. São Paulo: Record.

Saint-Pierre, H. (2004). As formas não golpistas da presença militar no Estado. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (UNESP. Araraquara), São Paulo, vol. 24/25, no. 2001/2002, pp. 115–130.

Share, D. & Mainwaring, S. (1986). Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, vol. 29, no. 2, pp. 207–236.

Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Stepan, A. (1975). *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova.

Weber, M. (1999). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.